Promovendo a soberania alimentar: a experiência agroecológica do Assentamento Dois Riachões, no Litoral Sul da Bahia

Promoting food sovereignty: the agroecological experience of the Dois Riachões Settlement, on the South Coast of Bahia

SANTANA, Larissa da Silva[1]; FREITAS, Hingryd Inácio de [2]
[1] Instituto Federal da Bahia, ls98silva@gmail.com; [2] Instituto Federal da Bahia, hifgeo@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Campesinato e Soberania Alimentar

Resumo: Essa pesquisa foi desenvolvida na modalidade de Projeto de Iniciação Científica (PIBIC-IC), com o apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), durante o período de outubro/2021 a setembro/2022, tendo como objetivo investigar as experiências práticas de agroecologia e soberania alimentar associadas às áreas de assentamentos de reforma agrária no Litoral Sul da Bahia. Um processo de luta pela reforma agrária associada à luta pela agroecologia e soberania alimentar, nos provocando também o debate crítico sobre desenvolvimento e sustentabilidade. Como procedimentos metodológicos, realizou-se pesquisa bibliográfica, documental e cartográfica. Como resultado, buscou-se contribuir com o pensamento social crítico sobre a questão agrária e questão ambiental na Bahia; e com a formação profissional qualificada do(a) professor(a) de Geografia, constituindo-se, também, enquanto pesquisador(a) da sua própria prática didático-pedagógica em sala de aula.
Palavras-chave: agricultura familiar; reforma agrária; assentamentos rurais.

Introdução

Ao publicar o livro “Geografia da Fome” em 1946, Josué de Castro constatou que a fome, é um fenômeno social, e principalmente político. Até então os conceitos elaborados sobre a temática, consideraram fatores biológicos e fisiológicos, e não como uma consequência da ação humana. Em “Geopolítica da Fome” (1951), o autor problematizou o fenômeno da fome na escala mundial, associando às experiências históricas do colonialismo e do subdesenvolvimento.

Mesmo com a Revolução Verde, que se traduziu no processo de industrialização da agricultura, a partir da década de 1950, o problema da fome mundial não foi resolvido, pelo contrário, ele se agravou. De 1960 a 2020, o mundo passou de 3 bilhões para cerca de 8 bilhões de pessoas (ONU, 2022). Vive-se no mesmo mundo, com quase 5 bilhões de pessoas a mais, que em sua maioria migraram para as cidades, esvaziando o campo. De acordo com o I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Penssan, no ano 2021, foi identificado no Brasil 116,8 milhões de pessoas com insegurança alimentar no país, 43,4 milhões não tinham comida o suficiente e 19 milhões estavam efetivamente passando fome. No IIº Inquérito (2022) este

número passa para 125,2 milhões de brasileiros que passaram por algum grau de insegurança alimentar, e 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer.

Não se pode discutir a questão da fome, sem a sua relação com o modelo de produção agroalimentar e com a estrutura da propriedade da terra. Principalmente no Brasil, que tem uma das maiores concentrações fundiárias do mundo, em que aproximadamente 1% dos estabelecimentos rurais detêm aproximadamente 47,5% das terras usadas para a produção agropecuária no país, (IBGE 2017). Bem como, a problemática do uso intensivo de agrotóxicos, já que o Brasil lidera o ranking mundial de consumo de agrotóxicos como vem sendo denunciado pela Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, desde o ano de 2011, e pelo Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), publicado no ano de 2015. Uma realidade que se agravou durante o governo do presidente Bolsonaro, em que mais de 30% de todos os registros de novos agrotóxicos foram feitos, totalizando mais de 1.500 novos produtos autorizados, buscando mais flexibilizações no chamado "Pacote do Veneno" (PL 6299/2002). Assim como houve a extinção de órgãos (Ministério do Desenvolvimento Agrário ainda 2016, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 2019); desmontes do Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, ICMbio, e a órgãos de Pesquisa como o INPE - Instituto Nacional de Pesquisa e Estatística, no ano de 2019.
Uma realidade que reafirma a pauta da segurança e soberania alimentar, assim como da agroecologia, reforma agrária e agricultura familiar e camponesa. Nesse sentido, este trabalho foi desenvolvido com vistas a contribuir com a tomada das decisões políticas necessárias no novo período que se anuncia com a eleição do presidente Lula, e retomada do campo democrático no Brasil.

Metodologia

O trabalho foi desenvolvido através da realização de pesquisa bibliográfica, documental e cartográfica sobre o tema, com levantamento, sistematização e análise de dados secundários. No que se refere a pesquisa bibliográfica, destacam-se Castro (1984 e 1951) e Silva (2020) na compreensão da fome e da soberania alimentar. Houve pesquisa de campo de forma virtual, devido a pandemia do Covid-19, com observação participante em reuniões e webinários promovidos, a exemplo pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (SDR), o Fórum Baiano da Agricultura Familiar e do Fórum Baiano de Combate Aos Impactos dos Agrotóxicos, transgênicos; entre outros.

Resultados e Discussão

A partir da proposição da Organização das Nações Unidas (ONU), a *Segurança Alimentar e Nutricional* (SAN) é compreendida no Brasil pelo direito e acesso regular e permanente de alimento de qualidade por todos, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam

ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Como inicialmente a fome era compreendida pela escassez do alimento, houveram investimentos intensos para dinamizar sua produção (Silva e Sá, 2006). O uso desses pacotes tecnológicos, trouxe como consequência danos ambientais, sociais e econômicos, além da desvalorização de culturas de povos originários e comunidades tradicionais, deliberando posteriormente, novos diálogos acerca da reforma agrária e a luta pela terra, de doenças relacionadas à exposição de agrotóxicos, de recursos financeiros para plantar e colher, e a própria garantia de acesso aos alimentos.

O conceito de *Soberania Alimentar*, foi definido inicialmente pelo movimento da Via Campesina, sendo posteriormente referendada pelo Fórum Mundial de Soberania Alimentar (2007), sendo assim “o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população”, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental.

Já a *Insegurança Alimentar*, se caracteriza pela irregularidade na quantidade, variedade, qualidade e do acesso ao alimento, no qual, o indivíduo que se encontra neste quadro passa por uma violação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), seja ela leve (quando há a queda na qualidade dos alimentos consumidos e há preocupação com o acesso a alimentos no futuro), moderada (quando há restrição no acesso aos alimentos, isto é, na quantidade que é consumida) ou grave (quando há escassez de alimentos para todos os indivíduos de uma família, chegando até mesmo à condição de fome).

Segundo Silva (2020), o tema de Segurança Alimentar só passou a ganhar visibilidade após a II Guerra Mundial, mediante contribuição das obras de Josué de Castro “Geografia da Fome” e "Geopolítica da Fome”, levando o debate a nível internacional, mas foi apenas em 1985, que o conceito de Segurança Alimentar aparece na agenda pública no Brasil, através de documento lançado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) resultando, no ano seguinte, na Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (CNAN).

Na década de 1990, o sociólogo Herbert de Souza trouxe importantes contribuições à visibilidade do tema na mídia com a “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida", o que gerou mobilizações sociais. Em 1993, tem-se a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que foi recriado em 2003, no contexto do Programa Fome Zero, centrado no combate à pobreza (extinto em 2019). Ainda na década de 1990, ocorreu a I Conferência Nacional de SAN, e a Cúpula Mundial de Alimentação (1996), e como a temática se manteve em evidência, ainda em 1998, houve a criação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN). Desde então, políticas públicas, órgãos, e movimentos sociais surgiram com a finalidade de debater e solucionar os

problemas de insegurança alimentar no país. A exemplo a elaboração da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) em 2004; a Lei nº 11.346 - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), aprovada em 2006, que levou a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN); assim como, nas ações sociais, onde o Brasil estabelece a partir dos anos 2000 um calendário permanente de mobilizações, atividades e eventos massivos que resultaram de articulações estaduais, regionais e nacionais dos diversos movimentos e organizações, dentre os quais vale destacar o Encontro Nacional de Agroecologia, que resultou na criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); a campanha "As sementes são patrimônio da Humanidade" (da Via Campesina) e o Congresso Brasileiro de Agroecologia, que deu origem à Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), desde 2003(SILVA E GUHUR, 2021).

O Assentamento Dois Riachões está situado no município de Ibirapitanga, estado da Bahia a 380km da capital, Salvador. É vinculado ao Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia (CETA). Historicamente, o assentamento surge à margem da rodovia BA-652, em setembro de 2001, em frente a Fazenda Dois Riachões. Foram anos em conflito direto com fazendeiros, passando por sistemas burocráticos e excludentes, em uma luta pelo direito social pela terra, em um espaço marcado pelo poder dos "coronéis do cacau", até a imissão da posse de terra, ocorrida somente no 2018 (ou seja, quase duas décadas depois).

Em um processo longo, mas com importante apoio de outros movimentos e organizações sociais, a exemplo do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) a Rede Povos da Mata, os agricultores do Assentamento Dois Riachões, conseguiram avanços expressivos, como a elevação da qualidade do cacau cabruca através da certificação participativa, tendo como base o modo de produção agroecológico. Além de produções de outras culturas, geração de renda, sem danos ao meio ambiente, que se complementa à formação cidadã e política, pela garantia de soberania alimentar e da terra.
Para ratificar a importância da prática agroecológica e compreender os impactos desse modelo de produção, que também é definida como ciência e prática social, foram sintetizados dados de questionários, em pesquisa desenvolvida na relação de cooperação técnico-científica entre o Grupo de Pesquisa Geopráxis (DAGEO/IFBA), o Grupo GeografAR (POSGEO/UFBA), através da realização do "Mutirão Pés no Chão: ouvindo nossas bases para se fortalecer na Luta!", realizado no ano de 2019, em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), nas áreas dos assentamentos vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores(as) Assentados(as), Acampados(as) e Quilombolas (CETA) no Litoral Sul da Bahia.

Das 37 famílias entrevistadas, foi perceptível a relação entre o grau de instrução com o representante familiar, em que aparece em predomínio as mulheres agricultoras (22) - todas se autodeclararam negras (incluindo pretas/pardas); destas 19 são alfabetizadas; 4 possuem o ensino médio completo. Além do trabalho no

campo, as mulheres se reúnem para discutir renda, empoderamento feminino, plantas medicinais e participam também dos encontros coletivos da Organização. Além da venda do cacau para a AMMA Chocolates, e consumidores comuns através de feiras e atravessadores, a suplementação de renda ocorre pela produção de frutas (abacaxi, banana, jaca), hortaliças, raízes (aipim e mandioca), legumes, assim como derivados do cacau, como o nibs e a polpa da fruta, animais domésticos como cães e gatos, e em alguns casos vacas, cabra e mulas.

De toda a produção, a maior parte dos entrevistados informou que faz uso para autoconsumo e realiza trocas, ficando a produção de cacau e de algumas hortaliças para comercialização geral. Sobre a manifestação da vassoura-de-bruxa, 22/37 assentados informaram que ainda há um pouco de infestação, sendo este fenômeno presente na produção cacaueira há mais de 30 anos, com isso, o cacau que é comercializado passa a ter uma variação de 150,00 á 300,00 reais, em que o cacau que não é de qualidade, é vendido pelo menor valor. De forma unânime, os entrevistados traçaram como perspectiva para o futuro “continuar na luta”.

A experiência com a produção agroecológica do Assentamento Dois Riachões, além da recuperação da área devastada através do sistema de produção cabruca, que utiliza o sombreamento da mata nativa (Bioma Mata Atlântica), têm ganhado cada vez mais visibilidade, criando novas oportunidades de expansão e de colaboração para com associações e empresas - como a Muká, a Rede Povos da Mata, a Slow Food e a AMMA Chocolates; além de contribuir na alimentação do baiano, através da participação dos agricultores nos circuitos de comercialização regionais e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), onde vendem Nibs e Chocolates Orgânicos e hortifrutigranjeiros; avançando na educação com a criação de uma creche para as crianças assentadas e com a construção de uma Escola Nacional de Agroecologia com cursos de nível superior; o fortalecimento da agricultura familiar; treinamentos via assistência técnica e financiamentos. Esforços múltiplos sintetizados em liberdade para um povo que viveu, plantou e colheu cacau por anos, mas “nunca comeu chocolate”, assim como o avô de Biscó (Edivaldo dos Santos), que nos conta, junto a outros assentados, sobre história, luta e o encontro da dignidade, em poder produzir, morar e existir, no documentário independente “*Dois Riachões, Cacau e Liberdade (2020)”.*

Conclusões

Na Bahia, o governo do Estado e movimentos sociais vêm buscando assegurar o desenvolvimento rural e fomentar experiências agroecológicas, através de ações que promovem a geração de renda, emprego, produção de alimentos saudáveis e a produção sustentável, sendo assim reafirmada a importância da agricultura familiar camponesa para a segurança e soberania alimentar do Brasil. A experiência do Assentamento Dois Riachões tornou-se uma importante referência para os demais assentamentos da região e do estado, no que se refere a experiência prática da

agroecologia. Uma experiência que busca se afirmar na luta e resistência a cada dia, frente aos desafios que se impõe pelo poder do agronegócio.

Referências bibliográficas

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1946.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome.** Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil; 1951.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al (org.). **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário, 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). VIGISAN: **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil** [relatório eletrônico]. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN; 2022. Disponível em: http://olheparaafome.com.br . Acesso em 12 jul. 2023.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). VIGISAN: **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br. Acesso em 12 jul. 2023.

SILVA, Maria Z. T. A segurança e a soberania alimentar: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil. **Openedition Journals** [Online], n. 25, p. 97-111, jun. 2020 DOI:https://doi.org/10.4000/configuracoes.8626. Disponível em <http://journals.openedition.org/configuracoes/8626>. Acesso 12 de jul 2023.

SILVA, Nívia Regina da; GUHUR, Dominique. Agroecologia. In: **Dicionário de Agroecologia e Educação**/Alexandre Pessoa Dias. [et.al] - 1ª ed. São Paulo: Expressão popular: Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. ISBN:978-65-5891-037-4.

SILVA, J. L.; SÁ, A. J. de. A fome no Brasil: do período colonial até 1940. Revista de Geografia, UFPE, v. 23. n.3,2006.